



PLANO DE AÇÃO DAS TAREFAS DELEGADAS

Grupo de Ação Local

ADICES

Associação de Desenvolvimento Local



2019

ÍNDICE



A.	IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA EDL	3
-	LOCALIZAÇÃO (NUTS II, NUTS III, CONCELHO E FREGUESIA)	3
-	COMPOSIÇÃO DA PARCERIA	4
B.	OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	6
-	DEFINIÇÃO DA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO LOCAL	7
-	MODELO DE PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS ATORES TERRITORIAIS RELEVANTES E PERTINENTES PARA A BOA IMPLEMENTAÇÃO DO PACTO	9
C.	ESTRUTURA ORGANIZATIVA E RECURSOS PREVISTO	11
-	IDENTIFICAÇÃO DAS ÁREAS FUNCIONAIS	11
-	IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS TECNOLÓGICOS E MATERIAIS AFETOS	11
-	INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA DE SUPORTE AO SISTEMA DE INFORMAÇÃO	11
D.	MECANISMOS DE ACOMPANHAMENTO E DE AVALIAÇÃO	12
-	MONITORIZAÇÃO/AVALIAÇÃO INTERNA	12
-	AVALIAÇÃO EXTERNA	13
-	QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	14
E.	SEGUIMENTO DE RECOMENDAÇÕES	16



PLANO DE AÇÃO DAS TAREFAS DELEGADAS

GAL ADICES

A. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO DA EDL

A ADICES como Associação e Parceria de Desenvolvimento Local, agregada em torno da Estratégia de Desenvolvimento Local, designada por **ADICES GAL RURAL – “PACTO 2020 - Rotas do Desenvolvimento - Um compromisso para o território”**, configura-se como uma entidade proponente numa das figuras previstas no Aviso do Concurso “Pessoas coletivas de carácter associativo constituídas ao abrigo dos artigos 167º e seguintes do Código Civil”, encontrando-se a gerir a sua candidatura aprovada na vertente do DLBC Rural.

- Localização (NUTS II, NUTS III, Concelho e Freguesia)

A zona de intervenção da ADICES localiza-se na zona norte da Região Centro, mais concretamente na confluência da NUT III Dão Lafões (distrito de Viseu) com a NUT III Baixo Vouga (distrito de Aveiro), abrangendo a totalidade das 48 freguesias dos concelhos de Águeda, Carregal do Sal, Mortágua, Santa Comba Dão e Tondela.

Com uma área com 1.186,54 km², trata-se de um território de charneira entre o litoral e as terras altas do interior, delimitado a Sul e a Sudeste pelo Rio Mondego, a Este e a Sudeste pela Serra do Buçaco, a Norte Serra do Caramulo e Oeste pela várzea do rio Vouga, observando-se a presença harmonioso de um conjunto diversificado de recursos naturais que estruturam a paisagem e a organização socioeconómica do território. A Serra do Caramulo e do Buçaco, o planalto beirão, a várzea do rio Vouga a que se junta a extensa rede hidrográfica e as vastas zonas de floresta são alguns dos elementos naturais que marcam este território, constituindo importantes ativos para o seu desenvolvimento.

Este posicionamento geoestratégico privilegiado e a sua rede de acessibilidades conferem-lhe uma relativa proximidade a importantes centros económicos do País (Porto, Aveiro, Coimbra e Viseu), assim como, lhe permitem estabelecer um papel de ligação entre o litoral e o interior e com a fronteira espanhola.

Em termos de ocupação do território, observam-se alguns contrastes, com as áreas mais urbanas (sedes de concelho e freguesias envolventes) a concentrar a população, em detrimento das zonas mais afastadas e rurais, as quais apresentam uma baixa densidade demográfica e elevados níveis de envelhecimento.

O perfil de especialização económica deste território é diversificado, coexistindo:



- (i) um sector primário com alguma importância e onde se destacam as atividades ligadas à exploração florestal, a vinha, a produção de aves e os produtos locais de qualidade reconhecida (cabrito, leitão, maça, mel, milho, vinho, queijo, doçaria tradicional, ...);
- (ii) uma base industrial com um peso significativo no emprego, com a presença de vários ramos de atividade económica, destacando-se a fabricação de produtos metálicos, as indústrias alimentares, o fabrico de mobiliário e de colchões, as indústrias da madeira e da cortiça, a fabricação de obras de cestaria e de espartaria e a fabricação de outros produtos minerais não metálicos;
- (iii) um sector terciário em crescimento e com algum dinamismo, sobretudo, nos serviços de apoio social; e
- (iv) um potencial desenvolvimento das atividades turísticas que ainda se encontra subexplorado, embora com sinais de crescente valorização.

Os níveis de habilitações e qualificações da população têm registado melhorias significativas, visíveis na diminuição da taxa de analfabetismo, aumento da taxa bruta de escolarização em todos os níveis de ensino e das taxas de conclusão do ensino secundário, a par da diminuição do abandono escolar, ainda assim persistem fragilidades, observando-se valores inferiores à média nacional.

Em termos sociais, o território apresenta um elevado capital social, o qual tem demonstrado capacidade de iniciativa, observando-se uma tendência de crescente diversificação e qualificação, numa perspetiva de reforço da sua capacidade de resposta, ainda que persistam algumas fragilidades relacionadas com a concentração de equipamentos nos centros urbanos e uma carência nas áreas rurais, a par de algumas insuficiências na oferta existente para os idosos (dado o crescente envelhecimento da população).

- Composição da parceria

A Parceria de Desenvolvimento Local que apresenta a candidatura à do DLBC Rural assume a designação de **“ADICES – PACTO 2020 - Rotas do Desenvolvimento - Um compromisso para o território”**.

A parceria da ADICES integra na sua estrutura associativa um conjunto diversificado de pessoas singulares e coletivas representativas de diferentes sectores e dinâmicas territoriais, que comungam dos mesmos objetivos e intervêm ativamente em processos de desenvolvimento local. Os diversos parceiros/associados participam de diversas formas na atividade do GAL, relevando-se a sua mobilização nas fases de construção da EDL, na sua execução (envolvimento em iniciativas de animação e promoção do território) mas também pelo seu envolvimento nos órgãos que constituem o modelo de governação local. Presentemente, a ADICES agrega um total de 61 associados, representativos de diferentes sectores de atividade, nomeadamente atividade sociocultural e desportiva (9 associados – 15%), educação e formação (4 associados – 6%), entidades associativas e cooperativas do sector agropecuário e florestal (7 associados – 11%), Segurança e Proteção Civil (1 associado – 2%), sector financeiro (2 associados – 3%), ação social (9 associados – 15%), comunicação social (1 associado – 2%), sector empresarial (3 associados – 5%), administração local (6 entidades – 10%), outras entidades associativas (4 associados – 6%) e pessoas singulares (15 associados – 25%).



A estrutura associativa da ADICES tem uma representatividade em alinhamento com as linhas de atuação previstas para o próximo período de programação nas quais a área do investimento produtivo, com destaque para o sector agrícola e do empreendedorismo ganham especial relevância. De facto cerca de 25% dos associados situam-se em áreas conexas a estes temas, sendo que, por exemplo, a presença de cooperativas poderá ser determinante na mobilização dos pequenos produtores para novos desafios na área da comercialização; a presença de entidades que atuam no âmbito empresarial poderá ser relevante para os projetos na área do empreendedorismo e da internacionalização, assim como as Caixas de Crédito poderão ser relevantes para a construção de mecanismos financeiros ajustados à execução do DLBC no território. Por outro lado, a presença de entidades da “área sociocultural e desportiva”, assim como as da “segurança e proteção civil” e da “ação social”, é determinante para a lógica de intervenção na área da coesão social e territorial. A presença de entidades na área da “educação e formação”, assume importância no contexto do processo de educação, qualificação e formação que a ADICES pretende continuar. Por fim, a presença das autarquias locais, assume grande relevância por estas se constituírem como eixos fundamentais, por exemplo, na produção de algumas regulamentações como a das pequenas produções e do alojamento.

Consideramos que a maturidade da parceria que a ADICES constitui, é outra dimensão relevante pelos níveis de estabilidade e de enraizamento no território que esta característica evidencia. De facto, desde 1991, esta associação, foi agregando em diversas fases associados sendo que, dos 51 associados, 18% são sócios fundadores, 27% pertencem à ADICES há mais de 12 anos, 45% há mais de 6 anos e apenas 10% são associados há menos de 6 anos. Também os parceiros da ADICES, possuem já um longo período de existência, e assim 58% dos associados coletivos são entidades com mais de 25 anos de existência. Considerando a natureza das atividades da ADICES e a importância da mobilização da sociedade civil, é relevante que dos 51 associados, 84% sejam de natureza privada e 16% de natureza pública.

Outro aspeto relevante na aderência ao território, é o facto de 92% dos associados possuírem a sua sede e apresentarem como área de intervenção, a zona de intervenção da ADICES. Importa referir que os restantes 8% dos parceiros, apesar de terem a sua sede fora do território, são agentes com grande aderência/envolvimento à região, operando ativamente na área de intervenção e, assumindo-se como entidades dinamizadoras e envolvidas na estratégia de desenvolvimento local.

Para além dos parceiros que constituem a parceria formal que enquadra o GAL/ADICES PACTO 2020, importa referir que a atividade desta organização, se desenvolve numa matriz relacional que coloca em interação um conjunto muito diversificado de parceiros. De facto, a ADICES conta com parcerias exteriores ao território e em dimensões diferenciadas (regional, nacional e comunitário) que lhe permitem a construção de redes de recursos, de conhecimento, de organização sectorial, entre outras, das quais destacamos o Instituto Politécnico de Viseu, a Entidade Regional de Turismo, a Delegação Regional de Turismo, o CEARTE, a Universidade de Aveiro, a AIRV, a AIP e a Escola Superior de Agronomia de Viseu.

A construção do PACTO 2020 catalisou toda a experiência e capital relacional da ADICES no território, mas foi objeto de um plano de trabalho específico. Neste contexto, importa referir de que a ADICES é uma parceria de desenvolvimento local que integra na sua estrutura um leque variado de entidades relevantes no território (48 associados em 2014 e 51 em 2015). É de notar que, estas organizações parceiras têm uma verdadeira implantação local, com uma significativa aderência às dinâmicas no território, razão pela qual o processo de participação na elaboração da EDL se iniciou nas Assembleias Gerais/Parceiros.

B. Objetivos e Estratégias

Aquando da elaboração do documento de suporte à candidatura ao Desenvolvimento Local de Base Comunitária Rural (**DLBC Rural / ADICES - PACTO 2020**), a estratégia a que a ADICES se propôs assentava no objetivo geral: Promover a Qualidade de Vida e o Desenvolvimento Sustentável. Já, nessa altura, se considerou que uma das principais condicionantes aos mecanismos e processos de desenvolvimento local se centrava no baixo nível de qualificação das pessoas, das organizações e, genericamente, do território, bem como a falta de emprego como elo de fixação da população residente. Desse modo, foi definido um objetivo estratégico abrangente, integrado e multissetorial, construído com os atores locais e assumido e partilhado por estes, fortemente ancorado nos recursos do território (água, serra e floresta) os quais ganham um novo e renovado protagonismo ao serem reconhecidos como elementos aglutinadores e indutores de desenvolvimento. Neste contexto, a visão estratégica é:

Afirmação da Economia Verde como ativo estratégico do território, catalisadora de sustentabilidade, promotora de empreendedorismo e inovação, indutora de coesão social e territorial e mobilizadora dos atores locais para o desenvolvimento.

Para a operacionalização desta visão, a EDL foi alicerçada em quatro (4) Eixos de Intervenção, decompostos em Objetivos Específicos (OE), apresentando-se de seguida uma breve síntese da sua fundamentação, assim como da vocação específica do DLBC para a sua concretização.

Eixo I. Valorização da Economia Verde, com base nos ativos do território

Este eixo deriva da focalização da EDL na valorização dos recursos e ativos do território (recursos naturais; produtos locais de qualidade; recursos culturais), numa perspetiva de estruturação de oportunidades em torno da denominada Economia Verde, contemplando uma dimensão centrada na sua valorização económica e empresarial, abrangendo um conjunto diversificado de atividades e setores, e outra de natureza mais ambiental e de promoção da preservação e valorização do uso dos recursos.

Eixo II. Indução da coesão e inovação social e territorial

Este eixo resulta da necessidade de promoção de uma maior integração entre o urbano-rural, de criação de amenidades para a retenção e atração de novas pessoas (nomeadamente jovens) e investimentos; de reforçar a melhoria da qualidade de vida da população residente, promovendo a inclusão ativa e contribuindo para combater os fenómenos de pobreza e exclusão social. Importa, também, atenuar e contrariar as tendências observadas de concentração da população e dos equipamentos e serviços nas sedes de concelho e freguesias limítrofes, com os espaços predominantemente rurais a sofrerem de problemas de desertificação e envelhecimento.

Eixo III. Promoção do emprego, da qualificação, da inovação e do empreendedorismo

Este eixo pretende contribuir para uma resposta às necessidades identificadas quer de criação de condições de suporte e propiciadoras do alargamento do mercado de trabalho (nomeadamente, através



do estímulo à criação de emprego, ao empreendedorismo qualificado criativo, tecnológico e de aproveitamento dos recursos locais), quer de ações que concorram para a promoção da empregabilidade no território. Pretende-se, igualmente, intervir ao nível do reforço das qualificações escolares e profissionais e da promoção de uma cidadania ativa por parte dos jovens.

Eixo IV. Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede

Este eixo resulta da crescente necessidade quer de respostas multidisciplinares e intersectoriais, quer de valorização de mercado orientada para a promoção interna e externa dos seus ativos naturais, culturais e económicos, importando, igualmente, fomentar a adoção de novos modelos de organização e cooperação interinstitucional e interterritorial e capacitar dos atores locais para o trabalho em parceria, introduzindo uma cultura de trabalho em rede e de promoção conjunta, otimizando e concertando as intervenções a desenvolver, promovendo sinergias e complementaridades, contribuindo para a retenção e atração de empresas e investimento económico, assim como de residentes e de fluxos de visitantes e de turistas. Este Eixo tem ainda em vista contribuir para um aumento da procura de apoios para a modernização e qualificação das explorações e unidades industriais e para o despertar e acentuar do interesse pelas atividades da Economia Verde.

- Definição da Estratégia de Desenvolvimento Local

Os elementos de diagnóstico processados e o trabalho com os parceiros locais contribuíram para a definição de um conjunto heterogéneo (mas racional e coerente nas expressões/presença no território) de linhas estruturantes de intervenção focalizadas nos recursos do território (Água, Serra e Floresta) e na estruturação de oportunidades económicas e de promoção da inclusão social em torno da denominada Economia Verde.

Trata-se de uma Estratégia integrada e coerente com as características do território baseada no pressuposto de que os recursos endógenos devem ganhar um novo e renovado protagonismo constituindo elementos de alavancagem e indução de desenvolvimento, contemplando, de forma articulada e complementar, na sua árvore de Objetivos Estratégicos e Específicos, intervenções no:

- domínio económico, relacionadas com a promoção da competitividade e afirmação dos principais setores de atividade do território com relevância para o desenvolvimento rural (atividades agrícolas, pecuárias e agroindustriais, energias renováveis, turismo, desporto e lazer, indústrias criativas e culturais e comércio e serviços de proximidade e de suporte ao desenvolvimento rural);
- domínio ambiental, direcionadas para a conservação, preservação e valorização dos recursos naturais na ótica da conservação da biodiversidade e do seu aproveitamento económico sustentável;
- domínio cultural, numa perspetiva de valorização e divulgação do vasto património cultural do território e de promoção do associativismo de base local;
- domínio social, tendo em vista, por um lado, a promoção da inclusão ativa da população e, por outro, a melhoria das condições de vida do território indispensáveis para a fixação e atração de população (sobretudo jovem) e de investimento;



- domínio das competências e capacidades, através da dinamização de ações de formação e capacitação orientadas nomeadamente para a aprendizagem ao longo da vida, e a criação de competências promotoras da empregabilidade e do empreendedorismo;
- domínio socioeconómico, na exploração de oportunidades de inserção e integração no mercado de trabalho, de grupos mais vulneráveis, nomeadamente desempregados, estudantes e inativos, nos setores da Economia Verde identificados;
- domínio relacional, numa perspetiva de potenciar o envolvimento e o trabalho conjunto dos diversos atores do território;
- domínio da animação socio-territorial, tendo em vista o reconhecimento da importância e do valor económico dos recursos endógenos (contribuindo p.e., para o aumento da procura de apoios para a modernização e qualificação das explorações e para o despertar/acentuar do interesse pela Economia Verde), o estímulo ao empreendedorismo e à indução e captação de investimento e população (sobretudo jovem);
- domínio da promoção e marketing territorial, como forma de reforçar a visibilidade interna e externa do território.

Trata-se, igualmente, de uma Estratégia, que tem ressonância nos documentos da Estratégia Regional e das EIDTs que abrangem o território, nomeadamente em áreas como: valorização e comercialização dos produtos locais; empreendedorismo; criação do próprio emprego; valorização turística; os recursos naturais e património natural e cultural; marketing territorial; inclusão social; dinamização sociocultural; redes e plataformas de cooperação; e capacitação institucional de parcerias.

A implementação da EDL beneficiará da mobilização articulada de todos os instrumentos de política e tipologias previstas para o DLBC, com outros disponibilizados pelos vários PO Temáticos, p.ex., nas áreas da inclusão social e do capital humano. Em complementaridade serão convocados também recursos locais (financeiros e outros de natureza mais imaterial, como redes colaborativas, plataformas concelhias, ...).

No domínio específico do DLBC os principais resultados a alcançar resultam do cruzamento dos instrumentos de política disponíveis com as linhas de atuação definidas para cada Medida, salientando-se os seguintes resultados por fundo financiador:

- **FEADER:** melhoria da competitividade das explorações agrícolas e agroindústrias, aumento dos rendimentos e fontes de receita dos produtores agrícolas, criação de emprego, valorização dos produtos locais;
- **FEDER:** Modernização e qualificação das empresas existentes, diversificação e densificação do tecido empresarial em áreas relevantes identificadas na Estratégia e a criação de emprego;
- **FSE:** Inserção no mercado de trabalho de desempregos e inativos, diversificação e densificação do tecido empresarial em áreas relevantes identificadas na Estratégia e a criação de emprego.

Na implementação da EDL, tendo em consideração a matriz de Objetivos Estratégicos e Específicos definida, a mobilização das diferentes Medidas constantes no Plano de Ação será particularmente orientada para uma efetiva estruturação e afirmação da Economia Verde enquanto motor de

desenvolvimento, procurando-se e estimulando-se a criação de sinergias e complementaridades entre as diferentes linhas de atuação.



- Modelo de participação ativa dos atores territoriais relevantes e pertinentes para a boa implementação do Pacto

A participação e envolvimento dos agentes do território na construção e execução das Estratégias de Desenvolvimento Local estão no cerne da abordagem LEADER, razão pela qual estas dimensões constituem a base metodológica de atuação da ADICES enquanto parceria de desenvolvimento, devidamente assumida na Visão para o próximo período de intervenção - "... mobilizadora dos atores locais para o desenvolvimento" e inscrita no diagrama da EDL cuja centralidade assenta exatamente na "governança e animação territorial", reforçada, ainda, por um dos eixos estratégicos definidos - "Animação, promoção, cooperação e trabalho em rede".

Pretende-se mobilizar o máximo de recursos, possibilitando que cada organização e cada cidadão se constitua como verdadeira "alavanca" dos processos locais de desenvolvimento.

A "participação ativa dos atores territoriais" tem, como ponto de partida, o órgão formal no qual têm assento todos os parceiros/associados representativos das diferentes dinâmicas em presença no território da ADICES, assumindo competências deliberativas determinantes no contexto da EDL PACTO 2020. Por sua vez, o Órgão de Gestão cuja composição emana da Assembleia de Parceiros tem como competências a "gestão, acompanhamento, monitorização e execução do Programa". Outra estrutura fundamental no processo de envolvimento dos atores é a ETL que suporta o funcionamento de toda a mecânica desenhada e executa o plano de animação.

Com o objetivo de envolver de uma forma consistente e organizada outros "atores territoriais", a parceria decidiu criar um formato de trabalho assente em plataformas temáticas abertas à comunidade e a centros de conhecimento e investigação, com uma relação direta com os principais eixos da EDL. Estas plataformas funcionarão com um regulamento aprovado pela assembleia de parceiros, têm uma dinâmica própria consubstanciada num "plano de atividades" e terão momentos de participação cruzada de forma a potenciar e articular as iniciativas de cada uma. O apoio da ETL será determinante para o seu funcionamento. Com o objetivo de aproximar o cidadão à estratégia, de a publicitar e de partilhar resultados será construído um plano de comunicação após a aprovação da EDL. No entanto, definiu-se, desde já, um conjunto de procedimentos/iniciativas de animação e promoção do território de que destacamos o seguinte: envolvimento dos parceiros (ADICES e plataformas) e das autarquias (juntas de freguesia e câmaras municipais) como agentes fundamentais na divulgação da EDL, sinalização de pontos de contacto nas entidades relevantes para efeitos de articulação da intervenção (municípios e comunidades intermunicipais), instalação de uma delegação em Águeda (novo espaço de intervenção da ADICES); envolvimento ativo da comunicação social local e regional; envolvimento e articulação da associação em estruturas locais (Redes Sociais e Núcleos Executivos, Conselhos Municipais, Conselhos Gerais dos Agrupamentos de Escola, etc.); participação em projetos locais de animação territorial; produção de alguns suportes de comunicação virtuais (novos ou já existentes) como o portal da ADICES,



o "facebook", a articulação com os portais dos parceiros, o "info-parceiros" (folha informativa), as apresentações digitais de apoio às sessões de divulgação e ao atendimento; produção de suportes físicos (brochuras, "banners") e estabilização de uma agenda de iniciativas (oficinas, seminários, feiras, ...) que marcará a agenda local PACTO 2020.



C. Estrutura Organizativa e Recursos Previsto

- Identificação das áreas funcionais

a) Assembleia-geral do GAL ADICES

É constituída por todos os parceiros do GAL.

b) Órgão de Gestão

Constituído por sete elementos da parceria: 3 entidades públicas e 4 privadas.

c) ETL

Esta estrutura é constituída por seis elementos, um coordenador, dois técnicos no Departamento de Planeamento e Projetos (DPP), três técnicos no Departamento Administrativo e Financeiro (DAF).

- Identificação de recursos tecnológicos e materiais afetos

A ADICES afetou toda a sua estrutura ao GAL ADICES, em função das necessidades, que justifiquem o seu uso. Assim, elencam-se alguns desses recursos:

- **Instalações:** 480 m² divididos por quatro gabinetes privados, três salas de reuniões, hall com: sala de espera, receção, secretariado, reprografia, “bar”, 4 wc, arquivo e garagem;
- **Equipamento informático:** constituído por um servidor e seis postos de trabalho fixos e um computador portátil;
- **Internet:** Rede fixa e wireless fibra;
- **Equipamento Escritório:** duas impressoras de rede laser multifunções a cores;
- **Áudio visual:** vídeo projetor e máquina fotográfica;
- **Veículos:** dois veículos automóveis;
- **Mobiliário:** para reuniões, com capacidade para mais de 30 pessoas em mesa; oito postos de trabalho equipados com secretária e cadeiras para atendimento ao público.

- Infraestrutura tecnológica de suporte ao sistema de informação

- i. Identificação e respetiva formação dos recursos humanos afetos à execução das tarefas, tendo em conta a segregação de funções;
- ii. Circuitos funcionais;
- iii. Procedimentos em vigor;
- iv. Mecanismos de controlo interno.



D. Mecanismos de acompanhamento e de avaliação

As atividades de Acompanhamento e Avaliação vão desempenhar um papel importante nas orientações de trabalho do GAL da ADICES em vista de uma implementação eficaz e eficiente da EDL, no âmbito do Pacto 2020 - Rotas do Desenvolvimento.

Nesta perspetiva, caracteriza: (i) esta secção do Formulário caracteriza as atividades de **Monitorização/Avaliação interna**, que se articulam com os procedimentos de gestão e implementação da EDL; e (ii) as atividades de **Avaliação externa** que, para além de se constituírem em instrumentos de suporte à gestão estratégica da EDL, também deverão assegurar uma particular articulação com as necessidades dos Planos de Avaliação dos PO financiadores (PDR 2020 e PO Regional do Centro 2014-2020).

Neste último domínio, refira-se que apenas o PDR 2020 apresenta um Plano de Avaliação no qual identifica as principais entidades a envolver e as respetivas responsabilidades, estabelecendo para os Grupos de Ação Local a função de contribuir para o sistema de acompanhamento e avaliação do Programa, nomeadamente, através das seguintes atividades:

- fornecimento de informação pertinente para avaliação e acompanhamento do PDR; e
- realização de autoavaliações e monitorização das respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local.

- Monitorização/Avaliação interna

O modelo de governação da EDL destaca o papel da Avaliação interna contínua, realizada através das metodologias, procedimentos e instrumentos de apoio, a aplicar no âmbito da implementação os quais permitirão à Entidade Gestora apreciar regularmente a trajetória de concretização dos objetivos e metas definidas na EDL.

As metodologias, procedimentos e instrumentos de avaliação a aplicar pela Equipa Técnica do GAL ADICES, permitirão garantir uma constante e permanente monitorização e avaliação da execução da EDL, assim como sinalizar desvios e necessidades de ajustamento à Estratégia implementada e aos procedimentos adotados nas principais fases da sua gestão e implementação.

Com o objetivo de organizar as atividades de Avaliação interna, sistematiza-se os principais procedimentos e instrumentos de monitorização a realizar pelo GAL/ETL:

- Conceção e alimentação de sistema de informação contendo os dados necessários para aferir as dinâmicas de realização dos projetos e o respetivo contributo para os objetivos, resultados e metas definidos, segundo a bateria de indicadores a monitorizar;
- Realização de visitas de acompanhamento de Projetos e elaboração dos respetivos Relatórios;
- Relatórios de execução anuais globais (da Intervenção);
- Reuniões/encontros regulares da Parceria;



- Outros instrumentos que forem acordados a nível nacional ou que o GAL considere conveniente com vista a melhorar a monitorização e eficácia da Intervenção.

Os documentos e relatórios produzidos serão objeto de uma análise detalhada por parte das estruturas que integram o modelo de governação adotado na ADICES, na sequência da qual serão introduzidos os ajustamentos adequados à prossecução dos objetivos definidos mas também, à evolução da situação do território e do país. A informação recolhida assim como os ajustamentos propostos serão disponibilizados às Autoridades de Gestão dos Programas financiadores (Programa Operacional da Região Centro, PDR 2020) e à ADC e outras entidades nacionais envolvidas no acompanhamento da Intervenção DLBC.

- Avaliação externa

Os procedimentos de **Avaliação externa** da implementação da EDL, deverão permitir preparar informação empírica para responder, entre outros, aos seguintes objetivos operacionais:

- Avaliar as realizações, tendo presente a execução física e financeira da intervenção na sua globalidade, face às metas previstas;
- Avaliar os principais resultados alcançados e impactos face aos objetivos definidos, indicadores e metas propostos;
- Avaliar o desempenho da Parceria (capacidade de mobilização de recursos, capacidade de dinamização da rede de parceiros, capacidade para conduzir processos de cooperação, ...);
- Identificar os fatores internos ou externos à Parceria que condicionaram ou que, por outro lado, potenciaram a implementação da Estratégia e os respetivos resultados sobre a área de intervenção;
- Produzir conclusões e elaborar recomendações/propostas no sentido de melhor adaptar a estratégia para amplificar os seus resultados e o impacto, face aos objetivos definidos e tendo sempre presente as necessidades da área da intervenção;
- Contribuir para a avaliação do PDR 2020 e do Programa Operacional Regional Centro 2014-2020, mas também para os processos de avaliação do Acordo de Parceria.

Para uma mais adequada articulação com os procedimentos de monitorização e avaliação do PO Regional Centro, importará aguardar pela definição dos procedimentos operativos por parte deste Programa para que a Parceria possa recolher todos os elementos necessários para dar resposta, em tempo útil, à Autoridade de Gestão.

A Rede Rural Nacional deverá dinamizar a aplicação de instrumentos, que devem ser ajustados aos objetivos específicos e às metodologias de avaliação que vierem a ser explicitadas, assegurando a “partilha e disseminação de boas práticas e resultados do acompanhamento e avaliação, bem como na capacitação para a avaliação, incluindo as estruturas técnicas dos GAL”. Este aspeto é crucial na medida em que os processos de capacitação referidos deverão contribuir para delinear orientações para os



trabalhos de avaliação (*auto avaliação e avaliação externa*), com vantagem para a operacionalização e resultados dos mesmos.

Entre as componentes metodológicas a contemplar considera-se, desde já, as seguintes:

- Análise documental (documentos internos de programação da Intervenção e dos programas financiadores; exploração do sistema de informação; instrumentos de monitorização dos projetos e da intervenção - relatórios de visitas de acompanhamento de projetos; documentos de controlo da gestão financeira; e relatórios periódicos de execução da Intervenção);
- Análise de informação relativa à implementação das EIDT NUT III nas dimensões de intervenção em que exista articulação com os Eixos Estruturantes/Objetivos Específicos da EDL da ADICES, conforme identificados nesta Candidatura (Secção C.1.) e outras que venham a revelar-se importantes para apreciar os impactos dos diversos instrumentos de política no território de intervenção da ADICES;
- Inquirição de todos os beneficiários/promotores de projetos e entidades parceiras, através de um Questionário *on-line*, com incidência nas componentes avaliativas definidas;
- Realização de Entrevistas e estudos de caso a um grupo selecionado de promotores e organizações parceiras.

- Questões de Avaliação

A ADICES, na implementação da sua EDL, definiu a realização de Avaliação Intercalar com o objetivo principal de identificar eventuais desvios de execução face às expectativas e ao programado, identificando as principais dificuldades e constrangimentos e proceder a ajustamentos ou alterações na EDL, de modo a atingir os resultados esperados na programação, e na dinamização da parceria e/ou outras dimensões, que se revelem necessários em função dos resultados da Avaliação, para a prossecução dos objetivos em causa.

No final da implementação da EDL, irá realizar uma Avaliação Final, centrada no contributo dos resultados e impactos da intervenção para os objetivos estratégicos e na formulação de recomendações a ter em conta na preparação de novas intervenções com características semelhantes.

Os documentos e relatórios produzidos serão objeto de uma análise detalhada por parte das estruturas que integram o modelo de governação adotado na ADICES, na sequência da qual serão introduzidos os ajustamentos adequados à prossecução dos objetivos definidos, mas também, à evolução da situação do território e do país.

Para a concretização das avaliações intercalar foram utilizados os seguintes instrumentos, cuja utilização deve ser ajustada aos objetivos específicos e metodologias de avaliação que vierem a ser definidos:

- Análise documental (documentos internos de programação da Intervenção e dos programas financiadores; exploração do sistema de informação; instrumentos de monitorização dos projetos e da intervenção tais como: relatórios de visitas de acompanhamento de projetos; inquéritos aos beneficiários e entidades parceiras; documentos de controlo da gestão financeira; relatórios periódicos de execução da Intervenção);
- Inquirição de todos os beneficiários/promotores de projetos e entidades parceiras, através de um Questionário, com incidência nas componentes avaliativas definidas;



- Realização de entrevistas e estudos de caso a um grupo selecionado de promotores e organizações parceiras.

A avaliação interna da EDL, fundamental para a sua correta, adequada e eficaz implementação, tem como objetivos centrais:

- Avaliar a execução física e financeira da intervenção na sua globalidade;
- Avaliar os principais resultados alcançados e impactos face aos objetivos definidos, indicadores e metas propostos;
- Avaliar o desempenho da parceria (concertação estratégica e operacional entre parceiros, capacidade de mobilização de recursos, liderança e capacidade de dinamização da rede, etc.);
- Identificar os fatores críticos que condicionaram ou potenciaram a implementação da estratégia e os respetivos resultados;
- Elaborar recomendações/propostas no sentido de acrescer os resultados e o impacto da Intervenção, face aos objetivos definidos;
- Contribuir para a avaliação dos Programas financiadores e do Acordo de Parceria (Programas Operacionais Regionais, PDR 2020, ADC).



E. Seguimento de recomendações

- i. Progressos a alcançar para o ano em causa, nomeadamente quanto à execução das operações aprovadas (n.º controlo administrativos a validar e os resultados/impactos no território de intervenção dessas operações);
- ii. Principais ações a dotar face às deficiências encontradas nas auditorias, nos controlos de qualidade e nas ações de acompanhamento e controlo à execução das tarefas delegadas.